

INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO: A obrigatoriedade do planejamento participativo

Ramon de Oliveira*

Resumo : Este trabalho analisa uma experiência de introdução dos computadores na Rede Pública do Estado de Pernambuco. A partir desta, propõe que as experiências que visem levar os computadores às escolas sejam precedidas de uma ampla participação de todos os que estão ligados direta ou indiretamente ao processo de ensino.

INTRODUÇÃO

A entrada dos computadores na educação talvez tenha sido, no processo educacional, uma das maiores inovações no transcorrer da década de 80. Países, como Estados Unidos, França, Inglaterra e outros, investiram na compra de equipamentos e na formação de professores, de forma a capacitá-los a trabalhar com os computadores em sala de aula.

O Brasil, sensível à utilização desta tecnologia no processo de ensino-aprendizagem, formulou um conjunto de ações com o objetivo de levar os computadores às escolas públicas de 1^a e 2^a Graus. No entanto, a forma autoritária de inserção desta tecnologia no âmbito escolar fez com que a sua utilização estivesse muito aquém das possibilidades decorrentes de seu uso.

O autoritarismo existente neste processo de inserção dos computadores na escola, aliado à resistência ao uso de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, fez com que este recurso tecnológico fosse rejeitado e não considerado pelos professores como capaz de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

Como forma de contribuímos para que futuras experiências de introdução de computadores na educação não repisem o autoritarismo que caracterizou a experiência de informatização das escolas da rede estadual de Pernambuco, relataremos os resultados obtidos em uma pesquisa junto a onze professores ligados diretamente a duas dessas escolas, tendo como norteador algumas idéias de Planejamento

* Mestre em Educação pela UFPE - Membro da Equipe do Projeto EDUCON-UFPE

Participativo. Este é, para nós, condição *sine qua non* para que a Informática Educativa seja assimilada por professores, alunos e pais como um dos elementos que podem contribuir para a melhoria da escola pública.

1 - Planejamento Educacional

Segundo Porto (1992), o planejamento educacional é uma das formas de intervenção estatal que abrange todo o sistema, estabelecendo diretrizes tanto a nível macro, quanto no cotidiano do processo de ensino-aprendizagem. As metas e ações planejadas para a educação abrangem, assim, as várias facetas da população escolarizada, tendo uma influência marcante na vida de todos aqueles que participam do sistema educacional, desde técnicos, professores e alunos, até a comunidade circunvizinha à unidade escolar.

Estas múltiplas vinculações em que está inserido o planejamento educacional, bem como a existência dos conflitos de interesses que permeiam o Estado, levam Porto a afirmar que é necessário desenvolver novas formas de interpretação destas ações planejadas, uma vez que as análises tradicionais limitaram-se a perceber e acreditar que estes planejamentos teriam que ser, exclusivamente, voltados aos interesses dos setores dominantes, deixando de levar em conta a dialeticidade presente numa sociedade de classes.

Nesta perspectiva, devemos buscar que os planejamentos educacionais visualizem a escola como local de construção do conhecimento e de socialização do saber. Para que isto ocorra de fato, ela deve ser concebida como um ambiente de discussão, de trocas de experiências e de elaboração de uma nova sociedade; construída pelos e para os setores explorados.

2 - Planejamento Participativo

Com a redemocratização da sociedade brasileira, foi defendida com maior ênfase a modificação da forma de se elaborar os planos educacionais, advogando-se que estes surjam a partir de um diagnóstico que contemple os interesses e as necessidades formulados pelos segmentos que compõem a escola: professores, alunos e funcionários, visto que a ausência de participação destes na definição do que deve ser implementado estaria "reduzindo professores, diretores, alunos e respectivas famílias à condição de objetos de um processo que os transcende e sobre o qual não detêm qualquer possibilidade de reflexão e de interferência" (Cury et al., s/d, p.3).

Implementar um novo modelo de diagnóstico na elaboração de um planejamento educacional justifica-se, segundo Cury et al., pela ineficácia do modelo muitas vezes adotado que privilegia a quantificação global de algumas variáveis, tais como: reprovação, evasão, índices de aprovação; dados que são importantes na identificação de deficiências no atendimento escolar, mas que pouco contribuem para o

desvelamento dos fatores que estariam favorecendo a existência das deficiências apontadas.

Segundo Kuenzer (1990, p. 75), um novo modelo de planejamento seria consequência da busca de modificação da sociedade, e esta mudança exige um rumo que deve ser dado pelo conjunto da sociedade. Consequentemente, seria através da "instauração de um processo participativo e integrado de discussão, investigação, decisão e ação, que deverá envolver os profissionais de educação e as formas organizadas da sociedade ..."

Na concepção de Viana (1986), os problemas pertinentes à escola não dizem respeito apenas ao Estado ou aos educadores, mas se apresentam como um grande problema a ser resolvido e que exige, além da participação desses dois atores, o envolvimento dos pais e da comunidade. Contudo, cabe ao Estado reestruturar-se e dar todas as condições necessárias para que, de fato, possa haver o envolvimento dos setores interessados.

† Consequentemente, é necessário desenvolver um novo modelo de planejamento que tenha como característica o "envolvimento da escola na efetivação de um processo de participação que integre a família, a escola e a comunidade, de maneira crítica, consciente e desafiadora" (Viana, 1986, p. 13).

Existindo essa forma de planejamento, haveria uma adequação entre o que se produz na escola e aquilo que é necessário para a comunidade, visto que os indivíduos ali formados passariam a ter criticidade e compreensão dos problemas existentes no seu local de moradia. Assim, a educação não teria apenas a função de manutenção das relações existentes, mas existiria essencialmente "para a formação de pessoas críticas, conscientes e atuantes, estabelecendo com outros homens relações de reciprocidade, para construir sua cultura e história" (Viana, 1986, p. 13).

A partir destas considerações sobre a forma de planejar a educação, passaremos a mostrar os resultados da análise das entrevistas que realizamos com os professores ligados ao Projeto de Informática Educativa, onde poderemos perceber as consequências provenientes de uma ação que não contou com a participação dos agentes envolvidos no processo de ensino em seus momentos de elaboração.

3 - INFORMÁTICA EDUCATIVA SOB A ÓTICA DA PARTICIPAÇÃO

A inserção dos computadores nas Escolas Públicas da Rede Estadual de Pernambuco teve seu início em 1988, quando, conjuntamente com o Projeto EDUCOM-UFPE, a Secretaria de Educação elaborou uma proposta de introdução da Informática nas Escolas de 1^o e 2^o Graus.

- Naquele momento, a introdução dos computadores nas Escolas Públicas do Estado foi justificada pelo aspecto político-social que a rodeia, bem como por sua utilização "como meio auxiliar do processo de ensino-aprendizagem, desenvolvimento da criatividade, da organização lógica do raciocínio e incremento do raciocínio crítico"(Pernambuco & Projeto EDUCOM-UFPE, 1988, p. II).

Observa-se que o Plano Estadual de Educação enfatizava os princípios da democracia, estimulando a participação de todos os segmentos da sociedade civil para a elaboração dos planejamentos e ações de intervenção social. Contudo, poucos canais de discussão foram abertos para que se opinasse sobre a viabilidade de se colocar computadores nas escolas.

O que se percebe em todos os documentos referentes à Informática Educativa é a ausência da participação de professores, alunos, funcionários e pais de alunos na definição das contribuições que aquele recurso pedagógico poderia ter na redefinição do papel político-pedagógico a ser alcançado pela escola.

Essa falta de participação fez com que o Projeto de Informática Educativa fosse visto, nas duas escolas pesquisadas, como um elemento estranho, marcado pela discriminação. Para alguns, visto como um desperdício de dinheiro por parte do Governo; para outros, como uma panacéia para os problemas da escola. Esta marginalização do Projeto, segundo os seus membros, passou a incidir diretamente sobre eles próprios.

No decorrer das entrevistas, pudemos perceber a insatisfação destes professores por serem alvos de críticas que, em muitos momentos, chegam a questionar o profissionalismo dos docentes e a importância educativa do trabalho por eles desenvolvido.

Esta visão em relação aos professores ligados ao Projeto é expressão da falta de discussão conjunta, quando da definição do uso dos computadores em sala de aula. Acreditamos, a partir dos depoimentos dos professores entrevistados, que se a escola tivesse discutido internamente, e que se todos os segmentos tivessem podido opinar, discutindo coletivamente os fatores responsáveis pelas dificuldades encontradas na escola, apontando mecanismos para eliminá-los, haveria um amadurecimento maior acerca da utilidade desse equipamento na escola, não só na área de ensino, como também na administrativa.

Na compreensão de Kuenzer et al. (1986, p. 80), estes descompassos são decorrentes da lógica dos estilos burocráticos, em que "as decisões são tomadas 'por sobre a realidade', ocorrendo uma inversão entre a proposta e a situação: ao invés da proposta adequar-se à situação, é a realidade que deve ajustar-se à proposta." Desta forma, os insucessos são explicados pela inadequação da realidade aos encaminhamentos colocados em prática no cotidiano escolar.

Ainda segundo Kuenzer et al., no processo de diagnose e determinação dos problemas educacionais, existirão níveis distintos de participação articulada, em que, tanto as pessoas ligadas à escola, como os profissionais e órgãos do Estado se articulem de modo a implementar soluções adequadas à realidade estudada.

Segundo os depoimentos dos professores, é deficiente a capacitação da equipe para articular o seu trabalho com o restante da escola. Assim, como consequência, constatamos que um instrumento que poderia contribuir na prática diária dos docentes encontra-se relegado ao desprezo, não justificando os investimentos que foram feitos para aquisição daqueles equipamentos.

Além dos professores do Projeto atribuírem ao conservadorismo dos outros colegas a dificuldade de articular a Informática Educativa com o restante da escola, há ao mesmo tempo, por parte de alguns membros da equipe, a percepção de que esta desarticulação tem causas bem mais amplas que não se explicam unicamente pelas posições pessoais; razões que vão desde a deficiência da capacitação dos professores do Projeto, ao interesse dissimulado, por parte dos governos, em desenvolverem ações fragmentadas no seio da escola.

Mudando-se o governo será que muda o projeto?

Desde sua criação em 1988, o Projeto de Informática Educativa nas Escolas Estaduais de Pernambuco passou por três governos, e se percebe uma nítida diferença teórica para a Educação nos seus respectivos planos.

Embora estes governos, em seus respectivos planos de educação, mostrassem objetivos "distintos" para a escola, mostraram práticas parecidas no que se refere ao Projeto de Informática Educativa, ou seja, ausência quase que completa de investimentos para a manutenção e ampliação desta experiência, limitando-se quase que exclusivamente às verbas recebidas do Governo Federal, decorrentes do convênio assinado para a criação do Centro de Informática Educativa (CIEd) em 1988.

Segundo os professores, esta falta de atenção ao Projeto deu lugar à incerteza quanto à continuidade destas atividades, bem como ao questionamento dos interesses por parte do Estado em manter esta experiência.

Esta desatenção às atividades de informática educativa levou alguns professores entrevistados a atribuírem o fato de o Projeto continuar vivo à pressão dos docentes para que se mantenham as atividades do laboratório, e não, ao interesse do Estado em utilizar este recurso na melhoria da qualidade de ensino.

Para alguns professores, esta desatenção não se restringe a este Projeto; ela é fruto do descaso para com a educação. Eles salientam que, se o Estado não dá a devida atenção às questões, consideradas mais importantes, muito menos enfatizaria um Projeto que não desponta como prioritário.

A partir das entrevistas, é possível perceber que há uma incerteza quanto à continuidade do Projeto, visto que há falta de atenção dos secretários estaduais de educação de Pernambuco em garantir melhores condições de trabalho à equipe que lida com a Informática Educativa.

Ao mesmo tempo, percebemos no discurso dos professores que a luta travada, para a manutenção das atividades de computação na escola, não consegue incorporar outros segmentos, além dos que participam do Projeto. Desta forma, fica bastante evidente a fragilidade de um programa que não consegue incorporar, em sua elaboração e posterior execução, setores fundamentais da comunidade e da escola que garantam a continuidade destas atividades.

No compreender de Viana (1986), à medida em que a comunidade se mobiliza em torno da elaboração e da execução das atividades, ela encontra meios para

encaminhá-los com maior perfeição, através do diálogo, criando assim condições para solucionar os problemas ali existentes. Além disso, ela entende que toda a comunidade, atuando e decidindo, fará diminuir os riscos de descontinuidade, pela pressão que passa a exercer sobre as autoridades administrativas.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, desenvolvemos uma análise da introdução e implementação do uso do computador em duas escolas da Rede Estadual de Pernambuco. Concluímos que não houve envolvimento dos seus componentes com este Projeto, isto porque, no momento da inserção dos computadores nas atividades de ensino, não existiu preocupação por parte da Secretaria de Educação em articular professores e funcionários com o Projeto de Informática.

Para nós, estes exemplos são mostras das repercussões da forma pouco democrática de elaboração dos planejamentos na sociedade brasileira. No entanto, acreditamos que, embora, estes planos tenham privilegiado a manutenção das relações de classe, é possível pela ação organizada dos movimentos sociais, fazer com que, ao ato de planejar, sejam incorporados os desejos dos setores explorados.

Desta forma, para que a entrada dos computadores na educação contribua para a melhoria da qualidade de ensino, é necessário que haja o envolvimento de todos aqueles que fazem parte direta ou indiretamente do seu cotidiano, definindo como e quando deve esta tecnologia ser introduzida no processo de ensino-aprendizagem, para que assim, situações como a que acabamos de analisar, não tornem a se repetir em outras escolas da rede pública.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando. Educação e Informática: os computadores na escola. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.
- CURY, Carlos Roberto Jamil et al. A necessidade de um Outro Estilo de Diagnóstico. [S.l.: s.n. 19..]. Trabalho não publicado.
- DELVAL Juan. Ninos y Maquinas: Los ordenadores y La Educacion. Madrid: Alianza, 1986.
- FALEIROS, Vicente de Paulo. A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência social. São Paulo: Cortez, 1982.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. Estratégias do Planejamento Social no Brasil. São Paulo: Brasiliense 1976. (Cadernos CEBRAP, 2).
- KUENZER, Acácia Z. et al. A universalização da educação básica: em busca de uma metodologia para o diagnóstico das necessidades educacionais. RBEF,

3 - EXPERIÊNCIAS

Brasília, n. 67 (155), p. 72-92, jan./abr. 1986.

_____ et al. Planejamento e Educação no Brasil. São Paulo:Cortez:Autores Associados, 1990.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação & Projeto EDUCOM-UFPE. Projeto de Implantação da Informática nas Escolas Públicas de Pernambuco. Recife, 1988.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. Plano Estadual de Educação (1988-1991). Recife, 1987.

_____. Plano Estadual de Educação (1992-1995). Recife, 1991.

PORTO, Bernadete de Souza. Política Educacional no Brasil: "que país é este ?" Recife, 1992. Trabalho acadêmico.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara: onze teses sobre educação e política. 8. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

VELLOSO, Jacques R. O planejamento social no Brasil: A educação. In: Seminário sobre questões básicas do planejamento educacional, 1983, Recife. Recife: UFPE. Centro de Educação: SUDENE, 1983.

VIANA, Ilca Oliveira de Almeida. Planejamento Participativo na Escola: um desafio ao educador. São Paulo:EPU, 1986.